

Prefácio

Publicar em livro os escritos divulgados em jornais diários ou semanários é sempre um risco. Um risco que Glória Rebelo corre uma segunda vez neste novo volume de *Conjunturas e Tendências*, compilando textos publicados entre 2004 e 2011, com especial incidência nestes últimos três anos.

E trata-se de um risco exatamente porque a dominância da atualidade que caracteriza a intervenção nos meios de comunicação social pode levar a conceder prioridade à conjuntura, ao circunstancialismo do momento, em detrimento de uma reflexão que coloque os problemas em perspetiva e que contemple mais a floresta para além de cada árvore.

Essa tensão latente está bem patente no título do volume «Conjunturas e Tendências», na medida em que a Autora reflete a propósito de factos e circunstâncias do momento em que escreve com a preocupação essencial de integrar os seus escritos numa análise mais ambiciosa das tendências de médio e longo prazo, as quais muitas vezes ou são desvalorizadas ou mesmo deliberadamente escondidas pela premência dos acontecimentos. E convenhamos que o período destes escritos (em especial após 2008) não foi parco numa vertiginosa sucessão de acontecimentos, uns inesperados outros tão desmedidos e desproporcionados em relação aos antecedentes, que tornam ainda mais difícil e exigente a deteção das tendências profundas de evolução para além da espuma dos dias.

Logo, o risco de nos deixarmos subjugar pela sucessão dos acontecimentos só pode ser eficazmente contrariado se quem escreve estiver armado de um pensamento consolidado em termos de valores e de princípios orientadores, onde vai buscar o respaldo necessário para o desenvolvimento de uma narrativa coerente ao longo do tempo.

É esse pensamento estruturado e consolidado que emerge, mais uma vez, deste volume de Glória Rebelo. O qual, além do mais, representa a possibilidade de, numa leitura agradável e apoiada num relevante acervo de dados e de fontes objetivas, passar em revista um conjunto de acontecimentos que se desenrolaram ao longo dos últimos cinco anos e de, ao relembra-los, cotejarmos as opiniões da Autora com o nosso próprio pensamento sobre os factos e os dados referenciados e assim aquilatarmos melhor o sentido da evolução do próprio pensamento do leitor.

A narrativa que a Autora nos propõe desenvolve-se em torno de três núcleos essenciais de reflexão: o cosmopolitismo, a coesão social e o valor do gênero na ação humana.

O cosmopolitismo emerge, desde logo, no próprio subtítulo do volume: *uma visão sobre Portugal, a Europa e o Mundo*. Com efeito, não é possível pensar Portugal descontextualizado da sua inserção europeia e das implicações da globalização no concreto funcionamento das sociedades e das economias dos Estados nacionais. Basta, aliás, atentar nas ondas de choque provocadas pela crise da dívida soberana grega, no contexto europeu e no contexto mundial, para compreender que, sem uma tal visão de conjunto e das específicas interações que a globalização engendra, não é possível compreender em toda a sua extensão as transformações por que passam as sociedades contemporâneas e, em particular, a própria sociedade portuguesa.

Por isso, a reflexão de Glória Rebelo confere à dimensão europeia um lugar cimeiro, colocando-a sempre em perspectiva face à evolução dos nossos parceiros económicos tradicionais (em especial os Estados Unidos da América), bem como das principais potências económicas emergentes (caso da Índia e da China). Revela-se particularmente interessante cotejar as diversas avaliações da Autora sobre a evolução da Alemanha enquanto principal potência económica europeia, muito em particular num momento que o posicionamento alemão no quadro da gestão europeia da crise das dívidas soberanas dos países periféricos se encontra no cerne da política europeia no seu conjunto. As reflexões da Autora sobre o significado da evolução da política económica alemã são de grande atualidade e revelam que nem todos se passaram a debruçar sobre a interpretação da evolução da Alemanha apenas a partir do momento em que as suas repercussões se fazem sentir no nosso próprio quotidiano individual.

Mas, de igual modo, a reflexão da Autora vai além dos estereótipos consolidados na imprensa internacional quanto às denominadas economias emergentes, ao complementar a reflexão sobre o seu papel crescente no sistema de comércio internacional e no quadro da crise financeira global posterior a 2008, com a identificação de elementos essenciais das respetivas sociedades, tanto no plano cultural como no campo social. Com efeito, a complexidade das interdependências económicas geradas pela globalização não é suscetível de ser analisada para além dos seus impactos de conjuntura, ou seja, nas suas tendências profundas, se não for cotejada com as transformações dessas sociedades e suas repercussões globais. O perfil demográfico da China e da Índia é profundamente dissemelhante e o seu impacto nas tendências longas de evolução será cada

vez mais diferenciado, com consequências para o posicionamento futuro da União Europeia e consequentemente de Portugal. Do mesmo modo, a mudança dos padrões alimentares e de consumo dos colossos emergentes, as suas necessidades energéticas em função dos seus padrões de especialização produtiva, as suas prioridades em termos de acesso a *commodities*, são tudo aspetos que merecem cuidada atenção pelo crescente impacto global que as respetivas opções não deixarão de ter no contexto internacional em que vivemos.

É neste enquadramento complexo mas determinante que a Autora regressa à análise das prioridades europeias, seja no plano da política energética incipiente, seja nas prioridades de investimento público nas redes de infraestruturas propiciadoras do crescimento económico, seja no quadro da reformulação das regras fundamentais do sistema financeiro internacional, sem o que não se poderá encontrar uma resposta coerente e consolidada à crise das dívidas soberanas dos países periféricos europeus e, mais genericamente, às vulnerabilidades do sistema bancário europeu.

Este elemento essencialmente cosmopolita da reflexão de Glória Rebelo está na base da avaliação desapiedada que faz sobre as prioridades da denominada «Agenda de Lisboa» da União Europeia e do seu sucedâneo mais recente, a «Estratégia 2020». Com efeito, são particularmente acutilantes as observações que faz sobre o carácter indissociável da estratégia económica europeia e das suas componentes sociais essenciais. E este é o ponto onde encontramos precisamente o segundo esteio condutor da narrativa da Autora: uma visão integrada da organização económica e da coesão e solidariedade social. Seja no plano europeu, seja no plano nacional.

Nesta segunda linha de pensamento reside provavelmente a matriz mais inovadora do contributo da reflexão da Autora. Com efeito, os desafios sociais colocados pela globalização são de tal monta, quer à escala planetária quer no plano europeu e dos Estados nacionais, que bem se pode afirmar que não encontramos hoje em nenhuma concreta corrente de pensamento uma resposta compreensiva e consistente que concilie todas as variáveis da equação. Mas, sem dúvida, escolher as prioridades e o modo de colocar as questões constitui o primeiro e imprescindível passo para encontrar as respostas por que anseiam milhões de pessoas à escala planetária.

Como reiteradamente sublinha a Autora, a coesão e a solidariedade social estão hoje postas em causa por uma vasta panóplia de repercussões da globalização económica nos distintos espaços nacionais, especialmente no caso português, fruto das vulnerabilidades específicas do nosso país e da dinâmica deslocalizadora potenciada quer pelo alargamento da União

Europeia quer pela liberalização do comércio internacional. Neste particular, a reflexão da Autora estriba-se em situações concretas, no setor da indústria, da agricultura e dos serviços, que nos impelem a uma avaliação crítica dos impactos disruptores de uma globalização desregulada.

O paradoxo de uma globalização económica dominante que se afirma e desenvolve à custa ou com sacrifício dos fundamentos das democracias nacionais e dos laços de solidariedade social e intergeracional não pode ser resolvido através de um renascimento de um protecionismo serôdio que acabaria por sacrificar em primeira linha os países (e as economias) mais débeis e vulneráveis. Mas, do mesmo modo, o desfazer dos laços de coesão e de solidariedade sobre que assentam os consensos democráticos nacionais acabarão por gerar novas discriminações e novas tensões que, a prazo, poderão pôr em crise os benefícios da própria globalização.

Este paradoxo é normalmente equacionado em termos «macro», isto é, segundo uma narrativa que procura encontrar os possíveis pontos de aplicação de uma *governance* da globalização à escala planetária, deixando para segundo plano as múltiplas dimensões «micro» dessa regulação da globalização. Ora, é nestas que a Autora centra a sua reflexão, designadamente nos seus elementos constitutivos em termos de coesão e solidariedade social: a pobreza (e as novas formas de pobreza, designadamente nos países desenvolvidos), as desigualdades salariais, o desemprego e as debilidades do funcionamento do mercado laboral.

A reflexão da Autora sobre estes temas revela não apenas uma informação cuidada e rigorosa, mas também uma análise das suas diversas implicações em termos de tendências prolongadas no tempo e um conhecimento aprofundado das condições de funcionamento do mercado laboral. Mas, mais do que a defesa em abstrato de um «modelo social», a reflexão da Autora centra-se (para vantagem do leitor) nos concretos mecanismos da «fábrica social», seja na função assignada às prestações sociais seja no específico protagonismo e na responsabilidade social dos parceiros e das próprias empresas.

No essencial, a leitura que Glória Rebelo faz das desigualdades sociais, da pobreza, das divergências salariais, do desemprego e da flexibilização do mercado laboral filiam-se em dois princípios norteadores de ressonância ideológica inequívoca: o de um humanismo social como norteador tanto das políticas sociais públicas como do protagonismo dos próprios parceiros sociais e o de cidadania na empresa como centro essencial do processo produtivo e ponto de aplicação das relações sociais de produção.

Neste domínio, a Autora evidencia uma reflexão consonante com as grandes linhas de intervenção da moderna social-democracia europeia,

numa procura incessante das transações e dos novos pontos de equilíbrio entre uma economia de mercado global e os mecanismos que reformulem e reforcem as bases do «contrato social» democrático. Seria excessivo dizer que dessa reflexão emerge uma resposta compreensiva, dada a complexidade e a amplitude do tema, mas da leitura dos vários escritos ora publicados emergem linhas de reflexão e de ação merecedoras de toda a atenção e debate.

As questões colocadas por Glória Rebelo vão muito além da síntese possível de fazer neste despretensioso prefácio. Mas, num momento em que a crise da dívida soberana implica a aplicação de um programa de austeridade que propicie o ajustamento das nossas finanças públicas, as sugestões da Autora sobre o combate à pobreza, sobre a articulação do crescimento económico e a criação de emprego, sobre o papel da política salarial na promoção da coesão social merecem uma referência e uma reflexão cuidada. Muito em particular a visão clara e rigorosa que nos dá da evolução do conceito de justa causa no quadro dos fundamentos do despedimento individual, à luz da próxima revisão constitucional.

O terceiro esteio da narrativa de Glória Rebelo tem a ver com as questões de género tanto na vida social como na vida e na participação política. E se destaco este aspeto, tal não resulta apenas da mera análise do número de escritos que abordam as diferentes vertentes da política de género em Portugal e no contexto da União Europeia, mas antes do lugar central que as questões do género e do papel das mulheres assume na generalidade das políticas sociais contemporâneas e, sobretudo, do facto de, por via de regra, entre nós, as questões do género serem normalmente debatidas e avaliadas numa espécie de «compartimento estanque», centradas nos seus méritos próprios e tantas vezes prisioneiras de um discurso «politicamente correto», mas, na maior parte dos casos, desprovidas da sua dimensão horizontal, isto é, da sua repercussão e impacto na generalidades das políticas nacionais.

Desde logo, na qualidade da democracia, onde, como sublinha a Autora, a evolução positiva registada disfarça a subsistência de discriminações, obstáculos e diferenciações expressas, por exemplo, no limitado número de mulheres que encabeçam listas partidárias de candidatos às eleições parlamentares.

Mas, também, na generalidade das políticas públicas, onde a conciliação da vida familiar e da vida pública e profissional continua a ser um terreno que carece não apenas de novas intervenções legislativas mas de uma mudança de padrões de comportamentos e de práticas. É particularmente escandaloso o caso do mundo empresarial, onde a sub-representa-

ção das mulheres (em contraste, aliás, com a crescente feminização da generalidade dos cursos académicos, tanto universitários como politécnicos) motivou recentemente uma intervenção da Comissão Europeia que não teve praticamente qualquer repercussão entre nós.

Neste plano, a sociedade portuguesa também assenta num paradoxo que não pode subsistir sem debate e reflexão. Com efeito, os progressos registados no plano da participação das mulheres no mercado de trabalho (um dos poucos indicadores da denominada «Agenda de Lisboa» onde o nosso país figura em lugar de destaque e em linha com os *benchmarks* definidos) não se mostra, em si mesmo, suficiente para promover uma efetiva igualdade de oportunidades que neutralize o efeito discriminatório do género, seja no âmbito da organização empresarial seja no plano da divisão de tarefas no âmbito familiar. Os exemplos escolhidos por Glória Rebelo a este propósito interpelam a nossa consciência e mostram à exaustão o longo caminho que ainda nos cabe percorrer.

Estes dois fios condutores da narrativa de Glória Rebelo, o da coesão social e o das políticas de género, reconduzem-nos ao ponto de partida: a visão cosmopolita enformadora do pensamento da Autora.

Com efeito, estes escritos, com a cadência fragmentada das limitações próprias de intervenções em várias publicações periódicas, quando lidos em conjunto sob a forma de livro, lançam luz sobre uma das características essenciais do mundo pós-moderno em que vivemos: tanto no plano político como no plano económico e social procuramos identificar, compreender e edificar uma *multilevel governance*, uma governança a vários níveis, onde cada plano (seja espacial seja material) não se basta a si próprio, antes constitui, ao mesmo tempo, causa e efeito da sua interação com os demais, sendo que, no essencial, do que carecemos é de um fio orientador que confira sentido e unidade à complexidade. E essa é, hoje, a principal tarefa da Política (com P grande...), seja a nível nacional, seja a nível europeu ou planetário.

Para o que é essencial refletir sobre as conjunturas e as tendências e integrá-las em valores e princípios norteadores da ação coletiva.

Lisboa, julho de 2011

António Vitorino

Advogado e Ex-Comissário Europeu